

**Concurso Público para provimento de vagas de
Técnico Legislativo
Categoria Técnico de Enfermagem**

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'T42', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA
OBJETIVA**

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O treino diário fortalece o conhecimento e disciplina a vontade.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto a seguir para responder às questões de números 1 a 7.

É um pássaro? É um avião? Não, é uma borboleta

Há 30 anos, Brasília se tornava Patrimônio Cultural da Humanidade. Primeira (e ainda única) cidade moderna com tal honraria, a capital do país foi inscrita na lista de Patrimônio da Unesco em 7 de dezembro de 1987.

O Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco reconheceu a capital obra-prima do gênio criativo humano e exemplo eminente de conjunto arquitetural que representava período significativo da história. Para o comitê, Brasília era um marco do movimento moderno. Mas, para ganhar o título de patrimônio mundial, precisava de leis para protegê-la de alterações e deturpações fatais. A cidade construída em 1.296 dias, a partir de 1956, não contava com essa cobertura. Não havia nada que a livrava dos males da especulação imobiliária e de outras ameaças.

Ao tomar conhecimento desse entrave, o então governador de Brasília, José Aparecido de Oliveira, publicou o decreto, em outubro de 1987, regulamentando a Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, de preservação da concepção urbanística de Brasília. Em síntese, a lei manda respeitar as quatro escalas que definem os traços essenciais da capital, ou seja, as quatro dimensões dos quatro modos de viver na cidade.

Criadas por Lucio Costa para organizar o sítio urbano que havia apresentado no concurso público aberto pelo Governo Federal para escolher o projeto da nova capital brasileira, as escalas são definidas como monumental (a do poder), residencial (das superquadras), gregária (dos setores de serviços e diversão) e bucólica (das áreas verdes entremeadas nas demais, incluindo a vegetação nativa). Com elas, o urbanista deixou claras as funções de cada espaço da cidade, definindo os setores de trabalho, moradia, serviços e lazer, em harmonia com a natureza.

Era justamente esse conceito o grande trunfo de Brasília, que trazia um desenho único de cidade. Diferentemente do que muitos pensam, seria tombado o projeto urbanístico de Lucio Costa e não os prédios modernistas de Oscar Niemeyer. Esses viriam a ser protegidos por meio de outras leis. Mas as obras de Niemeyer contribuíram para a conquista do título da Unesco. Os representantes da organização ressaltaram que cada elemento – da arquitetura das áreas residenciais e administrativas à simetria dos edifícios – dos traços de Niemeyer estavam em harmonia com o desenho geral da cidade. Assim como o plano de Lucio, a Unesco considerou os prédios inovadores e criativos.

Para muitos, o Plano Piloto lembra um avião. Mas Lucio Costa o comparava a uma borboleta. O arquiteto Leon Pressouyre, o relator da candidatura de Brasília ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade da Unesco, viu “um pássaro gigante voando em direção ao sudeste”. O certo é que o tombamento protegeu uma ideia de liberdade.

(Adaptado de: ALVES, Renato. <http://blogs.correiobraziliense.com.br>)

1. O tombamento de Brasília deveu-se, principalmente,
 - (A) ao plano urbanístico de Lucio Costa, que dividiu os espaços de acordo com suas funções.
 - (B) aos esforços de José Aparecido de Oliveira para criar uma lei regularizando os edifícios públicos da cidade.
 - (C) ao arquiteto Leon Pressouyre, que criou um comitê próprio para a avaliação de cidades modernas.
 - (D) à parceria de Oscar Niemeyer e Leon Pressouyre, cuja meta era desenhar uma cidade que privilegiasse o lazer.
 - (E) a Lucio Costa, que, atendendo à orientação de José Aparecido de Oliveira, buscou integrar espaço urbano e natureza.

2. Duas expressões vinculadas a ideias que se opõem no texto são:
 - (A) período significativo da história / movimento moderno (2º parágrafo).
 - (B) exemplo eminente de conjunto arquitetural / especulação imobiliária (2º parágrafo).
 - (C) traços essenciais da capital / modos de viver na cidade (3º parágrafo).
 - (D) desenho único de cidade / projeto urbanístico (5º parágrafo).
 - (E) um pássaro gigante voando em direção ao sudeste / uma ideia de liberdade (6º parágrafo).



3. *Mas, para ganhar o título de patrimônio mundial, precisava de leis para protegê-la de alterações e deturpações fatais. A cidade construída em 1.296 dias, a partir de 1956, não contava com essa cobertura.* (2º parágrafo)

Essa passagem está reescrita em conformidade com a norma-padrão e com o sentido preservado, em linhas gerais, em:

Mas, para ganhar o título de patrimônio mundial, precisava de leis para protegê-la de alterações e deturpações fatais,

- (A) de que a cidade construída em 1.296 dias, a partir de 1956, não dispunha.
- (B) de cujas a cidade construída em 1.296 dias, a partir de 1956, não tinha.
- (C) às quais a cidade construída em 1.296 dias, a partir de 1956, não possuía.
- (D) a cujas a cidade construída em 1.296 dias, a partir de 1956, não usufruía.
- (E) a que a cidade construída em 1.296 dias, a partir de 1956, não abrangia.

4. *Diferentemente do que muitos pensam, seria tombado o projeto urbanístico de Lucio Costa e não os prédios modernistas de Oscar Niemeyer.* (5º parágrafo)

Considerando-se o contexto, a forma verbal sublinhada designa, nessa frase, uma ação

- (A) a ser realizada futuramente, caso se cumpram algumas exigências.
- (B) realizada hipoteticamente no passado, com referência a um futuro também hipotético.
- (C) possível de ser ou não realizada no futuro, o que não se pode deduzir da leitura do texto.
- (D) possível de ser realizada no futuro, o que se condiciona a uma ação também futura.
- (E) realizada no passado, mas num tempo futuro relativo a um marco anterior.

5. Considerando-se o contexto, o vocábulo *Mas*, em *Mas as obras de Niemeyer contribuíram para a conquista do título da Unesco* (5º parágrafo), sinaliza que

- (A) não é certo que as obras de Niemeyer possam ter contribuído para a conquista do título da Unesco.
- (B) há quem possa concluir que as obras de Niemeyer não tenham contribuído para a conquista do título da Unesco.
- (C) tem razão quem defende que as obras de Niemeyer não contribuíram para a conquista do título da Unesco.
- (D) a conquista do título da Unesco não tem qualquer tipo de relação com as obras de Niemeyer.
- (E) a Unesco agiu mal em não considerar as obras de Niemeyer ao atribuir o título à cidade.

6. O trecho reescrito conforme a norma-padrão da língua, com o complemento verbal substituído pelo pronome correspondente, está em:

- (A) *a Unesco considerou os prédios inovadores e criativos.* / a Unesco considerou-lhes inovadores e criativos. (5º parágrafo)
- (B) *conjunto arquitetural que representava período significativo da história.* / conjunto arquitetural que a representava. (2º parágrafo)
- (C) *governador de Brasília [...] publicou o decreto...* / governador de Brasília [...] lhe publicou... (3º parágrafo)
- (D) *para ganhar o título de patrimônio mundial...* / para ganhar-lhe... (2º parágrafo)
- (E) *que trazia um desenho único de cidade.* / que o trazia. (5º parágrafo)

7. Observe as seguintes passagens do texto:

- I. *Para o comitê, Brasília era um marco do movimento moderno.* (2º parágrafo)
- II. *Mas, para ganhar o título de patrimônio mundial, precisava de leis...* (2º parágrafo)
- III. *Criadas por Lucio Costa para organizar o sítio urbano...* (4º parágrafo)
- IV. *Para muitos, o Plano Piloto lembra um avião.* (6º parágrafo)

Considerando-se o contexto, o vocábulo **para** exprime ideia de finalidade em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.



Atenção: Considere o texto a seguir para responder às questões de números 8 e 9.

Durante o século XIX, as moças viviam reclusas sob o poder dos pais até o momento de passar, ainda adolescentes, às mãos do marido. Aos olhos dos estrangeiros, elas se interessavam prematuramente pelo sexo oposto: “antes de cumprir dez anos, uma menina conhece perfeitamente bem o valor dos homens e o que é o flerte”, diria a inglesa May Frances em 1890. Não havia liberdade para escolher de acordo com o coração, e os arranjos promovidos pela família prevaleciam: “Minha filha, este é o teu futuro esposo”, sublinhava o missionário norte-americano Daniel Kidder, que, em 1837, via os pais entregarem as filhas aos amigos. Por muito tempo, o casamento foi um “negócio”, não só porque envolvia duas pessoas, mas porque se tratava de um mecanismo presidido pelos pais.

(Adaptado de: DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher**. São Paulo, Planeta, 2013, p. 44-45)

8. A autora descreve o casamento no século XIX como um “negócio”, chamando a atenção para
- (A) os arranjos matrimoniais que privilegiavam os pretendentes estrangeiros.
 - (B) o modo como os estrangeiros davam preferência às moças mais novas.
 - (C) o fato de as moças se casarem antes mesmo de ter interesse pelo sexo oposto.
 - (D) os conflitos que ocorriam quando a mulher se casava sem ter afeto pelo marido.
 - (E) a falta de autonomia das moças quanto à escolha de seus maridos.
-
9. “antes de cumprir dez anos, uma menina conhece perfeitamente bem o valor dos homens e o que é o flerte”, diria a inglesa May Frances em 1890.
- Essa passagem está corretamente reescrita com o emprego do discurso indireto em:
- (A) A inglesa May Frances em 1890 diria: – Antes de cumprir dez anos, uma menina conhecerá perfeitamente bem o valor dos homens e o que é o flerte.
 - (B) A inglesa May Frances em 1890, diria que antes de cumprir dez anos, uma menina conheceu perfeitamente bem o valor dos homens e o que foi o flerte.
 - (C) A inglesa May Frances, em 1890, diria que, antes de cumprir dez anos, uma menina conhecia perfeitamente bem o valor dos homens e o que era o flerte.
 - (D) A inglesa May Frances, em 1890 diria: antes de cumprir dez anos uma menina conheceria perfeitamente bem o valor dos homens e o que seria o flerte.
 - (E) A inglesa May Frances, em 1890, diria que antes de cumprir dez anos, uma menina conhece perfeitamente bem o valor dos homens e o que é o flerte.
-
10. Uma frase escrita em conformidade com a norma-padrão da língua é:
- (A) Do século XIX até hoje, houveram muitas mudanças, as mulheres conquistaram o direito de votar, conheceram a pílula e passaram a concorrer, com os homens por postos de trabalho.
 - (B) A vida das mulheres no Brasil Colônia diferenciavam-se das de hoje, haja vista que viviam exclusivamente sobre a tutela dos pais e, depois, passavam a ser propriedade de seus maridos.
 - (C) Referência nos estudos acerca das mulheres no Brasil, Mary Del Priore registra histórias da vida privada brasileira em uma linguagem clara e acessível no livro *Histórias e conversas de mulher*.
 - (D) Com a vinda da família real portuguesa, o processo de independência, o crescimento da economia cafeeira e a ampliação das cidades, as mulheres adquiriram maior visibilidade.
 - (E) Durante muitos séculos, não se permitiam que as mulheres aprendessem à ler, elas deveriam se dedicar ao aprendizado de bordado e costura afim de se cuidarem das prendas domésticas.



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 11 a 14.

As cirurgias plásticas nunca estiveram tão presentes e ao alcance como agora.

A partir do barateamento dos recursos de reprodução de imagens em grande escala, ocorreu um fenômeno diferente, senão oposto, daquele proposto por Oswald de Andrade e pelo movimento antropofágico de 1928. Da antropofagia criativa, nós, consumidores, passamos para a "iconofagia", a devoração indiscriminada de padrões de uma cultura universal de imagens pasteurizadas e homogeneizadas.

A transformação do corpo em corpo-imagem é alardeada pelos mais diversos aparatos midiáticos como um avanço da medicina estética. Existem inúmeros veículos destinados a mostrar que nosso corpo não corresponde ao modelo imagético vigente e que cada um deve investir tempo e dinheiro para ficar "em forma".

O "corpo ideal" almejado por tantas mulheres (famosas ou não) faz parte de um ideal estético que Umberto Eco denominou "beleza da mídia". Uma beleza "de e para o consumo" (de coisas ou imagens). Portar uma "beleza midiática" não significa ser saudável, mas ter uma imagem moldada para ser exposta.

As diversas possibilidades de tornar o formato dos corpos reais o mais próximo possível da "beleza midiática" são artificios de uma era iconofágica, de uma era de imagens que valem mais do que os corpos.

Quando milhares de mulheres veem na mídia atributos esculpidos digitalmente, ou encontram nas celebridades exemplos de formatos corporais a serem seguidos, essas imagens não fazem outra coisa senão devorá-las diariamente.

A "beleza midiática", ou seja, tornar-se uma imagem poderosa, arrebatada a mulher de forma avassaladora. Se há uma propriedade inerente às imagens, é sua capacidade de condensar e carregar sentidos, emoções e sentimentos, histórias, anseios, sonhos e projetos. Daí emerge seu enorme poder de captura.

(Adaptado de: SANCHES, Rodrigo Daniel e BAITELLO Jr, Norval. **Folha de São Paulo.**)

11. Identifica-se noção de causa e consequência, respectivamente, entre as seguintes ideias do texto:

- (A) a capacidade das imagens de condensar e carregar sentidos // a transformação do corpo em corpo-imagem
- (B) o fato de milhares de mulheres verem na mídia corpos esculpidos digitalmente // a transformação do corpo em corpo-imagem
- (C) o "corpo ideal" almejado pelas mulheres // o ideal estético denominado por Umberto Eco de "beleza da mídia"
- (D) o barateamento dos recursos de reprodução de imagens // o surgimento da "iconofagia"
- (E) o surgimento da "iconofagia" // o ideal estético denominado por Umberto Eco de "beleza da mídia"

12. A "beleza midiática" (...) arrebatada a mulher de forma avassaladora.

No contexto, o verbo que possui o mesmo tipo de complemento daquele da frase acima está sublinhado em:

- (A) *As cirurgias plásticas nunca estiveram tão presentes...*
- (B) *Daí emerge seu enorme poder de captura.*
- (C) *Se há uma propriedade inerente às imagens...*
- (D) *Existem inúmeros veículos destinados a mostrar que...*
- (E) *... ocorreu um fenômeno diferente...*

13. Uma redação alternativa para uma frase do texto, em que se mantém a correção e a lógica, está em:

- (A) Vê-se inúmeros veículos cujo objetivo é mostrar que nosso corpo não corresponde ao modelo imagético em voga.
- (B) Ao passo que milhares de mulheres veem na mídia atributos esculpidos digitalmente, as imagens acabam por lhes destruir diariamente.
- (C) Desejam-se por meio de imagens moldadas para serem expostas exibir uma "beleza midiática" que representa o oposto do que se considera saudável.
- (D) São próprios das imagens a capacidade de condensar e carregar sentidos, emoções e sentimentos, histórias, anseios, sonhos e projetos.
- (E) Diversos aparatos midiáticos alardeiam a transformação do corpo em corpo-imagem como um avanço da medicina estética.

14. Quando milhares de mulheres veem na mídia atributos esculpidos digitalmente...

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- (A) são vistos.
- (B) é visto.
- (C) viu-se.
- (D) são vistas.
- (E) foram vistas.

**Raciocínio Lógico-matemático**

15. Um fotógrafo comprou 84 pacotes de folhas de papel fotográfico. Desse total, $\frac{3}{4}$ dos pacotes eram de papel brilhante, $\frac{1}{6}$ de papel com textura couro e o restante de papel com textura linho. Cada pacote de papel brilhante custou R\$ 15,00, cada pacote de papel com textura couro custou R\$ 12,50 e o valor total da compra foi de R\$ 1.211,00. O custo de cada pacote de papel com textura linho, em reais, foi de
- (A) 11,50
(B) 13,00
(C) 12,50
(D) 12,00
(E) 13,50
-
16. Uma marcenaria recebeu duas vigas de madeira retiradas de uma demolição, uma com 360 cm e outra com 540 cm de comprimento. Para aproveitar as vigas, um dos encarregados decidiu cortá-las em pedaços menores, cujos comprimentos não ultrapassassem 100 cm. Se não houve sobra de madeira e todos os pedaços resultantes do corte tinham o mesmo comprimento, que era o maior possível, então o total de pedaços obtidos pelo encarregado foi de
- (A) 5
(B) 6
(C) 8
(D) 10
(E) 12
-
17. Nos 5 primeiros meses de 2018, foram produzidos, no total, cerca de 1 milhão e 200 mil veículos no Brasil, dos quais 4% eram caminhões. Supondo que a produção mensal observada nesse período se mantenha tanto para o total de veículos quanto para o de caminhões, pode-se estimar que serão produzidos no Brasil, em 2018, um total de caminhões aproximadamente igual a
- (A) 90 mil
(B) 96 mil
(C) 100 mil
(D) 108 mil
(E) 115 mil
-
18. Em uma pesquisa eleitoral, foi perguntado aos entrevistados se, dentre os três principais partidos do país, X, Y e Z, haveria um ou mais no qual eles não votariam de jeito nenhum. Os resultados apontaram que, dentre os eleitores pesquisados, 21% não votariam no partido X, 32% não votariam no partido Y e 27% não votariam no partido Z. Além disso, nenhum entrevistado rejeitou simultaneamente os três partidos, mas 5% não votariam em X nem em Y, 2% não votariam em X nem em Z e 6% não votariam em Y nem em Z. Considerando que todos os entrevistados responderam ao que foi perguntado na pesquisa, é correto afirmar que, em relação à amostra pesquisada, aqueles que não rejeitaram qualquer um dos três partidos correspondem a
- (A) 33%.
(B) 31%.
(C) 27%.
(D) 22%.
(E) 20%.



19. Em um curso universitário, são admitidos anualmente 225 novos alunos. No primeiro ano do curso, os alunos ingressantes são divididos em três turmas (A, B e C) considerando seu desempenho no exame vestibular. Na tabela, que mostra como ocorre essa divisão, os números ordinais correspondem à classificação do aluno ingressante no exame vestibular.

Turma A	Turma B	Turma C
1º	2º	3º
6º	5º	4º
7º	8º	9º
12º	11º	10º
:	:	:

Assim, o primeiro colocado é alocado na turma A, o segundo na B, o terceiro e o quarto na C, e assim sucessivamente, como indicado na tabela. Viviane e Mateus foram aprovados nesse exame vestibular na 122ª e na 201ª colocações, respectivamente. Dessa forma,

- (A) Mateus será alocado na turma A, e Viviane, na turma C.
 (B) Viviane será alocada na turma B, e Mateus, na turma C.
 (C) os dois serão alocados na turma B.
 (D) Mateus será alocado na turma B, e Viviane, na turma C.
 (E) os dois serão alocados na turma C.

Realidade do Distrito Federal

20. Representando os poderes supremos da República Federativa do Brasil, o (I) é um órgão do Poder Judiciário e faz parte do conjunto da Praça dos Três Poderes, onde estão o (II), Sede do Poder Legislativo, e o Palácio do Planalto, sede da (III).

Preenchem correta e respectivamente as lacunas I, II e III acima:

	I	II	III
A	Supremo Tribunal Federal	Congresso Nacional	Câmara dos Deputados
B	Superior Tribunal de Justiça	Senado Federal	Câmara dos Deputados
C	Superior Tribunal de Justiça	Congresso Nacional	Presidência da República
D	Supremo Tribunal Federal	Congresso Nacional	Presidência da República
E	Superior Tribunal de Justiça	Senado Federal	Presidência da República

21. A Capital Federal é uma terra de contrastes, onde convivem famílias de grande poder aquisitivo com outras muito desfavorecidas.

Dados do Ministério do Desenvolvimento Social referentes a 2017 mostram que mais de 67 mil famílias de Brasília vivem abaixo da linha de pobreza. São moradores de diferentes regiões administrativas (RAs), cuja renda mensal não ultrapassa R\$ 85,01. As cinco regiões do Distrito Federal consideradas mais carentes e onde houve maior procura por ajuda governamental são

- (A) Lago Sul, Riacho Fundo, Santa Maria, Sobradinho e Buriti.
 (B) Brazlândia, Planaltina, Guará, Samambaia e Santa Maria.
 (C) Taguatinga, Ceilândia, Varjão, Núcleo Bandeirante e Gama.
 (D) Ceilândia, Lago Norte, Cruzeiro, Buriti e Recanto das Emas.
 (E) Ceilândia, Samambaia, Planaltina, Santa Maria e Taguatinga.

22. O Memorial JK foi construído em tempo recorde de 21 meses, em homenagem ao fundador de Brasília, o ex-presidente Juscelino Kubitschek. Trata-se do maior museu privado do Distrito Federal e um dos maiores do Brasil. O Memorial JK foi construído e inaugurado no governo

- (A) Fernando Henrique Cardoso.
 (B) Itamar Franco.
 (C) João Batista Figueiredo.
 (D) Ernesto Geisel.
 (E) José Sarney.

**Noções de Direito Constitucional**

23. Considerando o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil acerca dos direitos e garantias fundamentais,
- (A) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, apenas na hipótese de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
 - (B) o preso será informado de seus direitos e obrigações, entre as quais a de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.
 - (C) conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, ou para proteger direito líquido e certo quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
 - (D) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, inclusive nos casos de crime propriamente militar.
 - (E) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.
-
24. A respeito do que estabelece a Constituição Federal sobre a nacionalidade e os direitos políticos,
- (A) não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
 - (B) as idades mínimas para a elegibilidade relativa aos cargos de Presidente da República e Senador são, respectivamente, de 35 e 30 anos.
 - (C) entre os cargos privativos de brasileiro nato, estão o de Presidente da República, Senador, Ministro do Supremo Tribunal Federal e oficial da Forças Armadas.
 - (D) o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de 60 anos.
 - (E) a lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na Constituição ou na Lei de Migração.
-
25. À luz do que disciplina a Constituição Federal sobre a organização da República Federativa do Brasil,
- (A) os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por meio de emenda à Constituição.
 - (B) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
 - (C) poderão ser instituídas pela União, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
 - (D) no âmbito da legislação concorrente, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados não poderão exercer sua competência legislativa suplementar.
 - (E) compete aos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte intermunicipal, que tem caráter essencial.
-
26. A respeito das normas constitucionais que regem a atividade dos Deputados Federais e Senadores,
- (A) esses parlamentares, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça.
 - (B) recebida a denúncia contra algum desses parlamentares, por crime ocorrido após a diplomação, será dada ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto de dois terços de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.
 - (C) esses parlamentares não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações, salvo em caso de investigação realizada por comissão parlamentar de inquérito.
 - (D) a incorporação às Forças Armadas de algum desses parlamentares, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.
 - (E) as imunidades desses parlamentares serão suspensas durante o estado de sítio.



27. Segundo o que dispõe a Constituição Federal, nos Municípios,
- (A) as Câmaras Municipais serão compostas observando limites máximos de Vereadores estabelecidos na Constituição, de acordo com o número de eleitores.
 - (B) o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de dez por cento de sua receita.
 - (C) a Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
 - (D) é permitida a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
 - (E) é garantida a inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato, em todo o território nacional.

Noções Direito Administrativo

28. O termo Administração pública comporta diversos sentidos, a depender do critério adotado para sua conceituação. Pode-se definir Administração pública em sentido amplo e em sentido estrito. Deixando-se de lado a Administração pública em sentido amplo, é possível conceituar Administração pública a partir de dois critérios, o subjetivo e o objetivo, que compreendem
- (A) os órgãos governamentais e os órgãos administrativos, como a função política e a administrativa propriamente dita.
 - (B) os órgãos governamentais e a função política, em especial a partir da judicialização das políticas públicas, ocorrida pelo aumento em extensão e profundidade do controle judicial do ato administrativo.
 - (C) as pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos que exercem função administrativa, excluindo-se as pessoas jurídicas que compõem a administração indireta sujeitas a regime jurídico de direito privado.
 - (D) as pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa e a atividade administrativa por eles exercida, ou seja, a função administrativa propriamente dita.
 - (E) as pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa e a função administrativa exercida pelo Poder Executivo, excluindo-se as atividades da mesma natureza exercida pelos demais Poderes.
-
29. Os atos administrativos são manifestações do desempenho da função administrativa, e como tal
- (A) estão submetidos apenas ao controle do contencioso administrativo, em razão da consagração constitucional do princípio da separação dos poderes a partir de 1988.
 - (B) são potencialmente submetidos à revisão do Poder Judiciário, que é uno.
 - (C) estão submetidos à autotutela e a controle judicial, este que se restringe aos atos vinculados, sendo a discricionariedade imune a controle externo.
 - (D) estão submetidos a controle judicial, que é uno e ilimitado, independentemente da natureza do ato.
 - (E) estão submetidos a controle judicial e à autotutela, que é limitada a aspectos de conveniência e oportunidade, pois o controle de legalidade é exercido com exclusividade pelo Poder Judiciário.
-
30. Apartando-se da discussão doutrinária existente quanto à matéria e admitindo-se a existência das categorias contratos privados da Administração e contratos administrativos,
- (A) aplicam-se indistinta e integralmente às duas categorias as normas publicísticas, em razão da presença da Administração pública nas relações jurídicas.
 - (B) submetem-se a controle judicial e do Tribunal de Contas apenas os contratos administrativos, já os de direito privado da administração não estão submetidos a controle exercido pelas Cortes de Contas.
 - (C) admitem forma escrita, cláusula obrigatória de prazo de vigência e formalização precedida de licitação para a segunda categoria apenas.
 - (D) regem-se pelas normas da Lei nº 8.666/1993 apenas os contratos administrativos, sendo disciplinados exclusivamente pelo disposto no Código Civil os contratos privados da administração.
 - (E) aplicam-se predominantemente as normas de direito privado aos primeiros e, no que couber e de forma derogada, as publicísticas.
-
31. Considere hipoteticamente que a Administração pública realizou compra cujos bens foram imediata e integralmente entregues no ato da aquisição. Para a contratada não sobejou obrigação futura, nem mesmo de assistência técnica. A referida avença
- (A) deve ser formalizada por termo de contrato, sob pena de nulidade, não gerando nenhum efeito a avença.
 - (B) pode ter o termo de contrato substituído por outro instrumento previsto, mais simples, a critério da Administração e independentemente do seu valor.
 - (C) deve ter o termo de contrato substituído por outro instrumento previsto, mais simples, a critério da contratada, se o valor do ajuste coincidir com o que autoriza a contratação direta, independentemente de licitação.
 - (D) pode ser formalizada por meio de autorização de compra ou nota de empenho de despesa, a depender do seu valor e da concordância das partes.
 - (E) autoriza pagamento antecipado pela administração e forma verbal, independentemente do valor.



32. Considere hipoteticamente que a Administração pública celebrou contrato não precedido de procedimento licitatório, pois se cuidava de hipótese legal autorizativa de contratação direta, por dispensa de licitação. Durante a execução do ajuste, a contratada deixou de cumprir obrigações contratuais, fato que
- (A) não autoriza a administração a rescindir a avença, por se tratar de contratação direta.
 - (B) autoriza apenas a aplicação de multa contratual caso a dispensa tenha se pautado no valor do ajuste.
 - (C) obriga a Administração a rescindir o ajuste, independentemente da natureza do inadimplemento, em razão do princípio da supremacia do interesse público.
 - (D) autoriza a Administração a rescindir unilateralmente o ajuste e também a aplicar as sanções previstas na lei e no contrato, a depender do grau e natureza do inadimplemento, garantida a prévia defesa.
 - (E) autoriza a aplicação de sanções previstas na lei e no contrato, independentemente de defesa prévia, por se tratar de contratação direta.

Noções da Lei Orgânica do Distrito Federal

33. As deliberações da Câmara Legislativa do Distrito Federal e de suas comissões serão
- (A) tomadas, como regra, por maioria de votos, presente a maioria simples de seus membros, independentemente de Disposição em Contrário na Constituição Federal, em razão da particularidade do Distrito Federal reunir competências legislativas atribuídas aos estados e municípios.
 - (B) realizadas, como regra, por escrutínio secreto, independentemente de requerimento e votação, qualquer que seja a matéria objeto de deliberação.
 - (C) tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros, em votação ostensiva, salvo disposição em contrário na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Distrito Federal.
 - (D) realizadas por escrutínio aberto, regra de caráter absoluto, que não comporta exceção, em razão da Lei de Acesso à Informação.
 - (E) tomadas por maioria qualificada de votos quando a matéria for de competência legislativa estadual, e por maioria simples, presente a maioria absoluta de seus membros, se for questão de predominante interesse local.
34. Considere hipoteticamente que a Câmara Legislativa do Distrito Federal tenha que comparecer a juízo em nome próprio. Nesta situação, será representada
- (A) pelo Presidente do Poder Legislativo, que, por sua vez, é defendido pela Advocacia Geral da União.
 - (B) pela Procuradoria-Geral do Poder Executivo e esta pela Mesa Diretora, que detém capacidade postulatória, a despeito de não possuir personalidade jurídica própria.
 - (C) pela mesa Diretora, que, para promover a defesa da Câmara, está autorizada a requerer a qualquer órgão, entidade ou tribunal as medidas de interesse da justiça.
 - (D) pela Procuradoria-Geral da Câmara Legislativa, que, para promover a defesa da Câmara, poderá requerer a qualquer órgão, entidade ou tribunal as medidas de interesse da justiça, da administração e do erário.
 - (E) pelo Poder Legislativo, que, por sua vez, é representado por seu presidente, que detém capacidade postulatória extraordinária.
35. Considere hipoteticamente que o Distrito Federal, representado pelo seu Governador, pretenda celebrar negócio jurídico que constitui operação de crédito. Para tanto,
- (A) depende de autorização da Câmara Legislativa, cuja competência é exercida nos limites estabelecidos pelo Senado Federal.
 - (B) depende de autorização do Presidente do Poder Legislativo, que exercerá a referida competência nos limites estabelecidos pelo Senado Federal.
 - (C) depende de autorização da Câmara Legislativa, cuidando-se, no caso, de competência discricionária e ilimitada, em razão da matéria.
 - (D) depende de autorização do Senado Federal, que também detém competência para autorizar a realização de operações externas de natureza financeira, bem como a concessão de qualquer garantia pelo Distrito Federal ou por suas autarquias.
 - (E) considerando a autonomia do Distrito Federal, constitucionalizada a partir de 1988, não depende de prévia autorização para formalizá-lo.
36. Considere hipoteticamente que o Governador e Vice-Governador estejam ausentes do Distrito Federal, em missão especial. Nesta situação, o exercício da Chefia do Poder Executivo
- (A) não pode ser atribuído a nenhuma outra autoridade, razão pela qual, no período de ausência das referidas autoridades, não poderá ser praticado nenhum ato de competência privativa ou exclusiva do Chefe do Executivo.
 - (B) caberá ao Presidente da Câmara Legislativa e, sucessivamente, ao Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.
 - (C) poderá ser atribuído ao Presidente do Senado Federal e, no impedimento daquele, ao Presidente da Câmara dos Deputados.
 - (D) será atribuído ao representante eleito em eleições que devem ser convocadas noventa dias depois da viagem empreendida pelas referidas autoridades.
 - (E) caberá ao substituto legal do Vice-Governador, que somente está autorizado a praticar atos de competência exclusiva do Chefe do Executivo, não os de competência privativa.

**Noções de Processo Legislativo**

37. Em relação às emendas à Lei Orgânica do Distrito Federal,
- (A) a iniciativa cabe a qualquer membro da Câmara Legislativa.
 - (B) a proposta será discutida e votada em dois turnos e considerada aprovada se obtiver, em ambos, o voto favorável de três quintos dos membros da Câmara Legislativa.
 - (C) os cidadãos podem exercer a iniciativa, por meio da assinatura de, no mínimo, um por cento dos eleitores do Distrito Federal, distribuídos em, pelo menos, três zonas eleitorais, com não menos de três décimos por cento em cada uma delas.
 - (D) a promulgada é realizada pelo Governador do Distrito Federal, com o respectivo número de ordem.
 - (E) a matéria constante de proposta rejeitada ou havida por prejudicada somente poderá constituir objeto de nova proposta, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Deputados.
-
38. Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Câmara Legislativa. É correto afirmar que
- (A) proposição e projeto de lei são espécies do gênero indicação.
 - (B) indicação é a proposição por meio da qual a Câmara Legislativa se manifesta para hipotecar apoio ou solidariedade ou para protestar sobre determinado evento.
 - (C) projeto de resolução é a proposição que delega competência de um Poder para outro.
 - (D) moção é a proposição por meio da qual a Câmara Legislativa sugere a outro Poder a execução de medidas que não se incluam na competência do Legislativo.
 - (E) o Presidente da Câmara Legislativa devolverá ao autor a proposição que contrarie enunciado de súmula da Comissão de Constituição e Justiça.
-
39. Nos termos da Lei Complementar nº 13, de 3 de setembro de 1996, que disciplina a redação, alteração e consolidação das leis no Distrito Federal, é correto afirmar:
- (A) Na redação das leis, o vocabulário comum deve prevalecer sobre o vocabulário jurídico consagrado pelo direito, a fim de facilitar a compreensão do texto legal.
 - (B) Na redação das leis, é preferível a forma do singular à do plural, a ordem direta dos termos da oração à ordem inversa e a forma verbal no presente à forma no futuro.
 - (C) Deve ser evitada, tanto na redação da mesma lei quanto de uma lei para outra, a repetição de vocábulo ou expressão, ainda que expressem a mesma ideia.
 - (D) Nos textos legais, as datas de documentos são expressas em dia, mês e ano, sendo vedada a referência apenas pelo ano.
 - (E) Na redação das leis, é preferível a afirmação à negação e a forma verbal no futuro à forma no presente.
-
40. Projeto de lei que concede aumento de remuneração a duas categorias de servidores públicos, de autoria de deputado distrital, é aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal. No décimo segundo dia útil após o seu encaminhamento ao Governador, o projeto é vetado parcialmente, com a justificativa de que o aumento concedido a uma das categorias seria contrário ao interesse público, mantendo o aumento à outra das categorias. A respeito do caso apresentado, é correto afirmar:
- (A) Não é admitido o veto parcial em projeto de lei aprovado pela Câmara Legislativa.
 - (B) O projeto de lei é considerado sancionado integralmente, uma vez que ocorreu o decurso do prazo para sanção sem a manifestação do Governador.
 - (C) Não seria possível o veto com a justificativa apresentada, uma vez que o projeto de lei só pode ser vetado em razão de inconstitucionalidade.
 - (D) O deputado distrital não tem iniciativa para apresentar o projeto de lei em questão, por conta de sua matéria.
 - (E) O projeto em questão, em razão da matéria, não se submete à sanção ou veto do Governador.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

41. O Decreto nº 7.508/2011, conceitua Mapa da Saúde, como
- (A) acordo de colaboração firmado entre entes federativos com a finalidade de organizar e integrar as ações e serviços de saúde na rede regionalizada e hierarquizada, com definição de responsabilidades, indicadores e metas de saúde, critérios de avaliação de desempenho, recursos financeiros que serão disponibilizados, forma de controle e fiscalização de sua execução e demais elementos necessários à implementação integrada das ações e serviços de saúde.
 - (B) descrição geográfica da distribuição de recursos humanos e de ações e serviços de saúde ofertados pelo SUS e pela iniciativa privada, considerando-se a capacidade instalada existente, os investimentos e o desempenho aferido a partir dos indicadores de saúde de sistema.
 - (C) espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de rede de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde.
 - (D) instâncias de pactuação consensual entre os entes federativos para definição das regras da gestão compartilhada do SUS.
 - (E) conjunto de ações e serviços de saúde articulados em níveis de complexidade crescente, com a finalidade de garantir a integralidade da assistência à saúde.
-
42. Um paciente adulto portador de uma doença crônica degenerativa recebe seus medicamentos mensalmente em sua residência. Essa distribuição gratuita de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos exemplos de iniciativas que decorrem na perspectiva de um dos princípios do SUS denominado
- (A) Assistencialismo.
 - (B) Integralidade.
 - (C) Universalidade.
 - (D) Legalidade.
 - (E) Solidariedade
-
43. Nos aspectos operacionais e na construção de pactos nacionais, estaduais e regionais no Sistema Único de Saúde (SUS), a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) constitui-se como foro permanente de
- (A) negociação, articulação e decisão entre os gestores.
 - (B) discussão entre o Ministério da Saúde e três secretarias estaduais de saúde.
 - (C) discussão entre o Ministério da Saúde, uma Secretaria Estadual de Saúde e uma Secretaria Municipal de Saúde.
 - (D) discussão de estratégias e implementação das ações de saúde no âmbito municipal.
 - (E) avaliação e elaboração de estratégias para implementação das ações de saúde no âmbito municipal e distrital.
-
44. Com relação à organização e ao funcionamento da sala de vacinação, o Ministério da Saúde faz algumas recomendações à equipe de saúde. Dentre elas, que
- (A) para agilizar o atendimento ao público em dias de campanha de vacinação, as seringas preenchidas (previamente preparadas) devem ser armazenadas na caixa térmica de uso diário da sala de vacinação.
 - (B) nos locais com baixa demanda de população, devem ser utilizadas duas salas com comunicação direta, sendo uma para triagem e orientação do usuário e outra para administração dos imunobiológicos.
 - (C) o exame do imunobiológico realizado logo no início das atividades diárias, pela manhã, exclui a necessidade de observação antes do preparo de cada administração.
 - (D) a data do aprazamento para vacinas com mais de uma dose, deve ser registrada com lápis na caderneta de saúde, no cartão de vacinação e no cartão-controle do indivíduo.
 - (E) o produto usado para a desinfecção da sala de vacinação é, de preferência, o álcool etílico a 96%.
-
45. De acordo com o Calendário Nacional de Vacinação 2018 do Ministério da Saúde, uma das vacinas recomendadas para adolescentes de 10 e 19 anos de idade é a vacina
- (A) BCG.
 - (B) Dupla adulto.
 - (C) Pneumocócica Atenuada.
 - (D) dTpa conjugada.
 - (E) Pentavalente.
-
46. O técnico de enfermagem verificou e anotou no prontuário os dados antropométricos de um paciente. Esses dados são medidas utilizadas pelos profissionais de saúde para detectar e monitorar
- (A) a capacidade cognitiva.
 - (B) o nível de consciência.
 - (C) o desempenho das atividades de vida diária.
 - (D) a motricidade.
 - (E) o estado nutricional.



47. A ocorrência de interações medicamentosas é um dos principais riscos envolvidos no uso de medicamento por idosos. Os profissionais de saúde precisam ficar atentos e orientar pacientes e familiares sobre os riscos da polifarmácia. Na pessoa idosa a polifarmácia é caracterizada pelo uso concomitante
- (A) de sete ou mais medicamentos.
 - (B) de três medicamentos, desde que um deles seja um anti-hipertensivo.
 - (C) de cinco ou mais medicamentos.
 - (D) de dois medicamentos, desde que um deles seja um antibiótico.
 - (E) de quatro medicamentos de uso contínuo.
-
48. O uso inadequado dos medicamentos produz sérias consequências na saúde dos indivíduos. Sendo assim, o profissional de saúde deve orientar o paciente com relação à interação medicamentosa. Um exemplo de interação medicamentosa é:
- (A) a ingestão excessiva de açúcares em pacientes que fazem uso de anti-hipertensivos orais pode dificultar ou impedir a ação dos medicamento.
 - (B) a vitamina K potencializa a resposta dos anticoagulantes orais.
 - (C) a tetraciclina tem seu efeito terapêutico aumentado quando ingeridos com antiácido.
 - (D) os anticoagulantes não causam hemorragias se utilizados com alguns anti-inflamatórios, como o ácido acetilsalicílico.
 - (E) o efeito do anticoncepcional é reduzido quando consumido com um antibiótico.
-
49. A unidade de saúde dispõe de frascos de Penicilina Cristalina de 5.000.000 UI e ampolas de diluentes de 8 mL. Após injetar 8 mL de diluente no frasco, para conseguir 4.800.000 UI de Penicilina, o técnico de enfermagem deve aspirar, da solução diluída,
- (A) 9,6 mL.
 - (B) 9,8 mL.
 - (C) 8,8 mL.
 - (D) 9,0 mL.
 - (E) 9,2 mL.
-
50. Em uma situação hipotética, há 40 minutos um paciente está recebendo 700 mL de soro por via endovenosa, sendo infundido a 30 gotas por minuto. Nessa situação, o tempo restante para finalizar a infusão é de, aproximadamente,
- (A) 5 horas.
 - (B) 6 horas e 15 minutos.
 - (C) 7 horas.
 - (D) 5 horas e 30 minutos.
 - (E) 6 horas.
-
51. Um profissional de enfermagem conectou no paciente uma solução endovenosa errada, mas o engano foi detectado antes do início da infusão. Considerando os principais conceitos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária sobre segurança do paciente, essa situação hipotética é classificada como
- (A) dano não intencional que atingiu parcialmente ao paciente.
 - (B) incidente que atingiu o paciente, mas não causou dano.
 - (C) dano com fator contribuinte de acidente.
 - (D) incidente que não atingiu o paciente.
 - (E) circunstância notificável, associada a fatores de mitigação.
-
52. Ao orientar um paciente adulto sobre os cuidados com a dieta a ser administrada pela sonda nasoenteral no domicílio, o profissional de saúde deve orientar que
- (A) antes de administrar a dieta, deverá aquecê-la em banho-maria ou em micro-ondas.
 - (B) após o preparo da dieta caseira, deverá guardá-la na geladeira e, 40 minutos antes do horário estabelecido para a administração, retirar somente a quantidade que for utilizar.
 - (C) no caso de ter pulado um horário de administração da dieta, o volume do próximo horário deve ser aumentado em, pelo menos, 50%.
 - (D) a dieta enteral industrializada deve ser guardada fora da geladeira e, após aberta, tem validade de 72 horas.
 - (E) a dieta caseira ou industrializada, não deve ser administrada em temperatura ambiente.
-
53. Um técnico de enfermagem, durante o desempenho de suas atividades profissionais, recusou-se a ser fotografado pelos familiares de um paciente. Essa recusa, de acordo com o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, é considerada
- (A) uma proibição.
 - (B) um dever.
 - (C) uma indisciplina.
 - (D) uma obrigação.
 - (E) um direito.



54. Uma gestante procura uma unidade de saúde buscando orientação sobre o local de assistência ao parto. Considerando as Diretrizes Nacionais de Assistência ao Parto Normal, a equipe de saúde deve informar que
- (A) ao optar pelo planejamento do parto fora do hospital, o acesso a uma maternidade não está legalmente assegurado, exceto ao recém-nascido.
 - (B) a assistência ao parto domiciliar faz parte das políticas atuais de saúde no país.
 - (C) o planejamento do parto no domicílio é recomendado para as nulíparas de baixo risco, conforme evidências oriundas das várias regiões do país.
 - (D) as múltiparas ou nulíparas que escolherem pelo planejamento do parto em Centro de Parto Normal intra, peri ou extra-hospitalar, após estarem cientes dos riscos e benefícios, devem ser apoiadas em sua decisão.
 - (E) é garantida a assistência de Doulas ao parto domiciliar para gestantes de baixo risco de complicações.
-
55. Uma das manifestações clínicas mais visíveis relacionada à deficiência de Iodo no organismo é o aparecimento de
- (A) Bócio.
 - (B) Empiema.
 - (C) Hifema.
 - (D) Disidrose.
 - (E) Serosite.
-
56. De acordo com a Resolução – RDC nº 15, de 15 de março de 2012, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária que dispõe sobre os requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para a saúde, o controle de qualidade do processamento dos produtos para saúde é definido como sendo
- (A) o conjunto de medidas comportamentais dos profissionais de saúde visando à prevenção de contaminação cruzada entre o ambiente sujo e o ambiente limpo.
 - (B) a avaliação sistemática e documentada da estrutura e do processo de trabalho e avaliação dos resultados de todas as etapas do processamento de produtos para saúde.
 - (C) a avaliação da integridade das embalagens, fundamentado na resistência das embalagens, eventos relacionados ao seu manuseio, condições de umidade e temperatura, segurança da selagem e rotatividade do estoque armazenado.
 - (D) a evidência documentada, fornecida pelo fabricante ou distribuidor, de que o equipamento, após a qualificação da instalação, opera dentro dos parâmetros originais de fabricação.
 - (E) o conjunto de ações relacionadas à pré-limpeza, recepção, limpeza, secagem, avaliação da integridade e da funcionalidade, preparo, desinfecção ou esterilização, armazenamento e distribuição para as unidades consumidoras.
-
57. O técnico de enfermagem ao levantar, por meio de informações previamente registradas, o histórico do processamento e da utilização de uma determinada caixa de instrumentais cirúrgicos, está adotando o princípio da
- (A) rastreabilidade.
 - (B) qualificação de desempenho.
 - (C) pré-limpeza.
 - (D) acreditação.
 - (E) barreira técnica.
-
58. No início do ano de 2018, ocorreram mudanças nas diretrizes da Política Nacional sobre Drogas (Resolução CONAD nº 1/2018), com o objetivo de promover ações que façam frente às graves demandas sociais relacionadas ao crescente uso de álcool e outras drogas no país. Dentre as principais mudanças apresentadas encontra-se
- (A) a expansão dos serviços hospitalares e a institucionalização em hospitais psiquiátricos voltados à reinserção social dos pacientes.
 - (B) a posição favorável à legalização das drogas.
 - (C) o uso de estratégias de tratamento baseadas apenas em Redução de Danos.
 - (D) a exclusão das ações de Promoção de Abstinência nas estratégias de atenção primária.
 - (E) o apoio aos pacientes e familiares em articulação com Grupos, Associações e Entidades da Sociedade Civil, incluindo as Comunidades Terapêuticas.



59. Dentre as medidas de controle de infecção de corrente sanguínea relacionadas a cateteres intravasculares encontra-se
- (A) o uso de cateteres periféricos para infusão contínua de produtos vesicantes.
 - (B) a higienização das mãos com preparação alcoólica (70 a 90%), quando as mesmas estiverem visivelmente sujas.
 - (C) o uso de novo cateter periférico a cada tentativa de punção no mesmo paciente.
 - (D) a utilização de agulha de aço acoplada ou não a um coletor, para coleta de amostra sanguínea e administração de medicamento em dose contínua.
 - (E) o uso de luvas de procedimentos para tocar o sítio de inserção do cateter intravascular após a aplicação do antisséptico.
-
60. Para a prevenção de infecção cirúrgica, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária recomenda
- (A) manter a normotermia em todo perioperatório (entre 35,0 °C a 37,0 °C).
 - (B) realizar tricotomia com o uso de lâmina.
 - (C) administrar o antibiótico profilático 30 minutos antes ou até 30 minutos após a incisão cirúrgica.
 - (D) utilizar protetores plásticos de ferida para cirurgias do trato gastrointestinal e biliar.
 - (E) controlar a glicemia no pré-operatório e no pós-operatório imediato mantendo níveis glicêmicos entre 70 a 220 mg/dL.
-
61. Ao realizar uma abordagem educativa para pessoas com *Diabetes Mellitus* com vistas à prevenção da ocorrência de ulcerações nos pés, uma orientação a ser prestada é
- (A) não utilizar sapatos novos por períodos prolongados e, antes de utilizá-los rotineiramente, amaciá-los por meio do uso por pequenos períodos de tempo.
 - (B) evitar usar protetor solar nos pés e aplicar produtos abrasivos para remoção de calos e ceratose.
 - (C) caminhar descalço sempre que possível, para estimular a circulação de retorno.
 - (D) não hidratar os pés na presença de rachaduras na pele e edema.
 - (E) aquecer os pés com bolsa de água quente, na presença de extremidades inferiores frias.
-
62. Por determinação do Ministério da Saúde, é necessário a notificação e investigação imediata de todo caso de Paralisia Flácida Aguda (PFA), que apresente início súbito, em indivíduos menores de 15 anos, independente da hipótese diagnóstica de
- (A) raiva humana.
 - (B) acidente vascular cerebral.
 - (C) miastenia.
 - (D) febre de Chikungunya.
 - (E) poliomielite.
-
63. Os sinais e sintomas aparecem entre seis semanas e seis meses do aparecimento e cicatrização da ferida inicial. Pode ocorrer manchas no corpo, que geralmente não coçam, incluindo palmas das mãos e plantas dos pés. Essas lesões são ricas em bactérias. Pode ocorrer febre, mal-estar, dor de cabeça, ínguas pelo corpo. Essas manifestações clínicas, causadas pela bactéria *Treponema pallidum*, são indicativas de
- (A) leishmaniose tegumentar.
 - (B) sífilis secundária.
 - (C) clamídia.
 - (D) cancro mole.
 - (E) gonorreia.
-
64. Um profissional de saúde encontra um bebê de 9 meses em parada cardiorrespiratória em um ambiente extra hospitalar e realiza o Suporte Básico de Vida. Sobre esse assunto, considere:
- I. A relação compressão-ventilação sem via aérea avançada na presença de 1 socorrista é de 15:2.
 - II. A frequência de compressão é de 80 a 100/minuto.
 - III. A profundidade da compressão é cerca de 4 centímetros.
 - IV. O posicionamento da mão na presença de 2 ou mais socorristas é a técnica dos dois polegares no centro do tórax, logo abaixo da linha mamilar.
- De acordo com as Diretrizes da *American Heart Association* 2015 para Reanimação Cardiopulmonar – RCP está correto o que se afirma em
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) III e IV, apenas.
 - (D) I e IV, apenas.
 - (E) II e III, apenas.



65. É atribuição do técnico de enfermagem no processo de Acolhimento e Classificação de Risco em Obstetrícia, de acordo com o Ministério da Saúde 2017,
- (A) atualizar informação sobre a rede SUS locorregional, bem como a rede de proteção social existente para efetivação de encaminhamentos necessários.
 - (B) classificar o risco com rapidez e eficiência, seguindo o protocolo adotado.
 - (C) reclassificar as usuárias sempre que forem identificadas alterações pela equipe.
 - (D) estar alerta para as necessidades de reclassificação da mulher enquanto aguardam atendimento.
 - (E) preencher as fichas das mulheres vítimas de violência e proceder ao tratamento segundo protocolo específico.
-
66. Toda criança nascida no Brasil tem direito a receber gratuitamente, ainda na maternidade, a Caderneta de Saúde da Criança. Ela é um documento único para cada criança, importante para acompanhar sua saúde, crescimento e desenvolvimento, do nascimento até os
- (A) 5 anos de idade.
 - (B) 9 anos de idade.
 - (C) 7 anos de idade.
 - (D) 12 anos de idade.
 - (E) 10 anos de idade.
-
67. A equipe de saúde, ao realizar o acolhimento com escuta qualificada a uma mulher apresentando queixas de perda urinária, deve atentar-se para, dentre outros sinais de alerta:
- (A) amenorreia.
 - (B) dismenorreia.
 - (C) mastalgia.
 - (D) prolapso uterino sintomático.
 - (E) ataxia.
-
68. O técnico de enfermagem, ao realizar o procedimento de coleta de sangue, deve saber que
- (A) a punção deve ser feita em uma angulação oblíqua de 60°, com o bisel da agulha voltado para baixo.
 - (B) o garroteamento deve ocorrer, em média, a 3 cm da dobra do braço (cotovelo) e não ultrapassar 5 minutos.
 - (C) a presença de álcool no material de coleta pode causar hemólise.
 - (D) após a retirada do último tubo, deve-se remover a agulha e fazer a compressão com algodão no local da punção durante, no máximo, 30 segundos.
 - (E) após a retirada da agulha e do garrote, deve-se homogeneizar cada tubo, invertendo-o suavemente uma única vez.
-
69. O profissional de saúde, ao atender um paciente com suspeita de trauma e com indicação de imobilização de coluna cervical, deve medir o pescoço do paciente para selecionar o tamanho adequado do colar cervical. Para isso, o profissional utiliza seus dedos para medir o pescoço do paciente que é a distância entre
- (A) o maxilar e a região laríngea.
 - (B) o lóbulo da orelha e o maxilar.
 - (C) a mandíbula e o lóbulo da orelha.
 - (D) o maxilar e a região supraclavicular.
 - (E) a mandíbula e o ombro.
-
70. De acordo com o Conselho Federal de Enfermagem, para a definição dos profissionais de Enfermagem que assistirão o paciente durante o transporte intra-hospitalar, deve-se considerar o nível de complexidade da assistência requerida, sendo, no mínimo, para a assistência
- (A) intermediária, 1 Técnico de Enfermagem.
 - (B) mínima, 2 Auxiliares de Enfermagem.
 - (C) semi-intensiva, 1 Enfermeiro e 1 Técnico de Enfermagem.
 - (D) alta dependência, 1 Enfermeiro e 2 Técnicos de Enfermagem.
 - (E) intensiva, 2 Enfermeiros e 2 Técnicos de Enfermagem.